

PEDAGOGO-Nível E – Conhecimentos Específicos

Questão 24

O comando da questão é preciso ao solicitar do candidato que se atenha ao texto do Decreto n. 5.154/2004 e não a outras legislações posteriores e nem a suas possíveis alterações. Ao solicitar do candidato que analise o referido Decreto, na sua versão original de 2004, **não há sentido em requerer a anulação da questão**. A alternativa **correta é B**.

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 25

A leitura do enunciado da questão é: “O Plano Nacional de Educação, regulamentado por meio da Lei n. 13.0005/2014, em sua Meta 2, propõe, até seu prazo de vigência a universalização,” que foi corretamente interpretado pelo(a) Autor(a) do recurso, sendo apenas um erro de digitação, que em absoluto atrapalhou o correto entendimento da questão. Pode-se acrescentar que o número da Lei veio como complemento no enunciado, afinal já estava exposto que se tratava do Plano Nacional de Educação, em sua vigência atual, e se o número da Lei não tivesse sido colocado, ficaria como uma questão clara, objetiva, plausível e de perfeita compreensão. Os argumentos acima colocados são para demonstrar a fragilidade e a impertinência da solicitação tendo em vista a percepção cristalina daquilo que o enunciado solicitou, é que o próprio peticionário não teve qualquer dúvida para interpretar, o que nos leva a concluir pela **não aceitação do recurso**.

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 28

A Questão solicita dos candidatos a compreensão das concepções filosóficas que prioritariamente influenciaram o processo de organização educacional escolar no Brasil. Numa perspectiva dialética as várias correntes filosóficas podem se expressar de modo concomitante, entretanto, há uma prioridade de influência, as que mais se fizeram presentes na formulação de valores, princípios, políticas e legislações e que constituíram a estrutura organizacional da educação brasileira estão expressas na **Alternativa D**. A única alternativa que apresenta as correntes que guardam esta característica é a **Alternativa D (Humanista Tradicional, Humanista Moderna, Analítica e Dialética)**. As demais alternativas estão incompletas, incorretas ou com conceitos que não correspondem às correntes da Filosofia da Educação. **Não há motivos para aceitação do recurso**.

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 29

A Questão 29 destaca como alternativa correta um dos mais valiosos fundamentos da Teoria de Jean Piaget que é a de que o sujeito é protagonista de sua aprendizagem e no processo de aquisição do conhecimento o sujeito aprende com seus erros. Os erros ou aproximações são considerados fases necessárias para o desafio a novas buscas. Não é um processo preciso, linear, não se dá forma homogênea entre os sujeitos da aprendizagem. **A única alternativa correta é a C**, as demais alternativas contradizem largamente a contribuição de Piaget para as teorias da aprendizagem e não correspondem aos fundamentos teóricos deste importante educador.

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 31

Os Estudos da Avaliação em Larga Escala no Brasil, ver por exemplo RIBEIRO, 2005; WERLE 2010/2011; destacam que **a Política Nacional de Avaliação no Brasil se iniciou em 1995**, com a aplicação da primeira Prova do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) para as crianças matriculadas na 4ª e 8ª série do E. Fundamental à época. A partir desse ano outros exames foram gradativamente incluídos. O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM) passou a fazer parte deste sistema em 1998, por ser um dos processos de avaliação de desempenho escolar, portanto ele é parte constitutiva da política e do seu sistema desde então. Portanto, a política foi instituída desde 1995 por um exame nacional, mas gradativamente seu sistema foi sendo completado por outros novos exames (processos de avaliação de desempenho) que passaram a constituí-la. **A Alternativa correta B** detalha inclusive o nome de cada um desses novos elementos que passaram a fazer parte da política nacional de avaliação da educação no Brasil. **Não há motivos para aceitar o recurso.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

O PISA, é um exame internacional do qual o Brasil é país participante por ser signatário das Conferências Mundiais de Educação, principalmente a partir da Conferência de Jontien na Tailândia em 1990, mas não foi e não é uma política formulada pelo Brasil. A pergunta da questão é precisa ao solicitar do candidato os processos de avaliação que compõe **o sistema brasileiro** de avaliação de desempenho escolar. Portanto esta não é uma resposta correta. **A única Alternativa correta é a B. Não há motivos para acatar o recurso.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 36

Em relação a questão 36 a resposta correta é o item **“E”**. O postulante do recurso aponta um conjunto de aspectos de diferenciação entre Universidade, Centros Universitários e Faculdades, e agregando ainda outros aspectos sobre a caracterização das diferentes conformações organizacionais das Instituições de Ensino Superior. No entanto, segundo **o Parágrafo Único do Artigo 52**, da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, fica explicitado que **“É facultada a criação de universidades especializadas por campo de saber.”**, o que permite se depreender que as universidades **podem** ser pluridisciplinares ou por campo de saber, como foram criadas, inicialmente a Universidade Federal de São Paulo, Antiga Escola Paulista de Medicina, e a própria Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), antes denominada como Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP). Sendo um equívoco afirmar que as Universidades podem **“unicamente”** ser configuradas como pluridisciplinares, o que significa dizer que o item apontado pelo(a) petionário(a) está incorreto. **Portanto, o recurso não tem qualquer fundamento e deve ser rejeitado.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 39

A Banca de elaboração apontou como correta para a questão de número 39, o item **(D) Vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação**. Que é a única resposta correta. O argumento do reclamante que afirma ter duas respostas corretas não é pertinente, afinal no TÍTULO II: PRINCÍPIOS E OBJETIVOS - CAPÍTULO I: PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Artigo 12, item V, fica estabelecido como princípio a “articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais”, o que significa que as formas de pensar e agir não se restringem apenas a uma das dimensões (locais, regionais, nacionais e globais). Elas devem ser articuladas, integradas, orgânica e sinergicamente, afinal não estão encerradas em fronteiras geopolíticas, demarcadas administrativamente ou por meio de medidas legais. Elas são materializações naturais que se espriam por diferentes territórios geopolíticos e uma atuação para sua preservação ou usufruto adequado depende de atuações conjuntas, acordos coletivos e consensos entre pessoas, grupos, comunidades, territórios, países e organismos internacionais, isto é, perspectivas globais, amplas, que podem incidir nas subescalas. Portanto, ao exigir, recomendar e estabelecer “articulação”, não se deve isolar, segmentar, e sim unir, juntar, formar cadeias, ligar. Caso contrário, o princípio será desrespeitado, com consequências imprevisíveis, mas que podem ser prejudiciais aos sistemas naturais e as pessoas, até de maneira irreversível. O que permite apontar que, neste aspecto particular, **o recurso é impertinente, sem fundamentos e não cabendo revisão.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

O argumento de que a questão precisar ser anulada, pois não consta no conteúdo do edital aspectos sobre as diretrizes curriculares da educação ambiental, não tem qualquer base de sustentação pois em pelo menos dois itens como: 4. Legislação Educacional; 12. Educação, Direitos Humanos e Cidadania: diversidade cultural e inclusão social. No que diz respeito à Legislação Educacional abrange todo e qualquer ato normativo promulgado pelos Órgãos legalmente constituídos para conduzir a educação brasileira, o que permite que tal questão seja abordada, pois a Resolução Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental é emitida pelo **Conselho Pleno** do Conselho Nacional de Educação, dando cobertura legal e determinando exigências e orientações para todas as definições e ações referentes aos níveis, etapas e modalidades da educação formal.

No campo dos Direitos Humanos a convivência em um ambiente adequado, saudável e sustentável é um direito público e ainda, considerando que as diretrizes da educação ambiental objetivam a orientar os processos educativos escolares com a consciência do direito a ter esse direito enquanto um princípio é plenamente cabível tal questão. **Neste sentido a petição é impertinente, insustentável e fora de propósito objetivo.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 40

No enunciado da questão 40 está escrito que “que, para cumprir seus objetivos e finalidades, compreende diferentes processos de avaliação institucional”, não sendo discutidos os seus objetivos, conforme apontado o(a) peticionário(a), o que se pede são os processos de avaliação que compõe a avaliação institucional. Neste sentido o único que está correto e de acordo com a legislação do SINAES é o item **(C) Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de Cursos de Graduação**, pois os demais itens colocados são incorretos, incompletos ou não fazem parte da referida política. **O que permite afirmar que o recurso é equivocado e deve ser recusado.**

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, em seu Art. 1º institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior(IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do Art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O que significa dizer que **orienta e estabelece regras legais** para os processos de avaliação institucional, interno e externo, das IES, que engloba as instituições públicas, privadas, comunitárias e confessionais, e as avaliações de desempenho acadêmico de seus estudantes. Por outro lado as avaliações dos cursos de pós-graduação stricto e lato sensu são estabelecidas por outras orientações normativas, que não fazem parte da Lei supra citada. **Portanto, a única alternativa correta é a C - Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.** Sob tais argumentos, que sustentam a posição da Banca de elaboração, **a petição de anulação da questão é totalmente impertinente e indevida, e sem qualquer sombra de dúvida, deve ser recusada.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 41

A questão solicita do candidato a compreensão das linhas de ação da CAPES. No que diz respeito à promoção da formação continuada de professores para a educação superior está expresso que se dará nos modelos presencial e à distância, tal como disposto em seus documentos e divulgado em seu site oficial. Não é linha de ação da Capes o tratamento da formação de professores à distância, esta é somente uma de suas modalidades de oferta, portanto o argumento do peticionário não se sustenta. A alternativa citada pelo requerente não está correta, pois **é incompleta** e não corresponde aos registros expressos nos documentos da referida Fundação.

No que diz respeito à formação e promoção da cooperação científica internacional ela **não** se restringe à países do Mercosul, mas sim a todos aqueles com os quais o país estabelece acordos de cooperação internacional, criando portanto programas específicos para operacionalização desses processos. Não se perguntou pelos programas da Capes, mas, às suas Linhas de Ação. Dentre os itens que compõem a questão 41, a única alternativa **plenamente correta é a alternativa C**. As demais trazem **incorrekções, incompletudes ou são restritivas**. Não há duas alternativas corretas tal como formula o requerente. **O permite deprender que o recurso é impertinente e deve ser recusado.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 42

A questão trata da Lei 10.861/2004, nela expressa a avaliação das instituições de ensino superior. Não se sustenta o indicado pelo peticionário, pois o SINAES trata de **avaliação institucional** (interna, externa, global) e **não se atém aos procedimentos de** avaliação da aprendizagem, sendo este um procedimento pedagógico inerente aos processos formativos de cada Instituição, Curso e da autonomia de seu corpo Docente. **A única alternativa correta é C** que corresponde fielmente ao disposto no texto da Lei. **O recurso é impertinente e deve ser recusado.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 43

O recurso que solicita a anulação da questão 43, pois no enunciado a palavra dentre foi grifada de forma errada, invés de **dentre estava dente**, carece de fundamento, pois se trata apenas de um erro simplório de digitação, que em absoluto atrapalhou o correto entendimento do enunciado, por sua irrelevância. O próprio candidato não teve sua compreensão dificultada, o que demonstra a fragilidade da petição, que é despropositada e carente de argumentação sólida, para gerar a anulação da questão. **Portanto, o recurso é improcedente e não deve ser considerado.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.